

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS RELAÇÕES ETNICOS-RACIAIS: RELATOS DOCENTES POR MEIO DE NARRATIVAS

Nilzene Nataniel de Santana Nascimento ¹

Ana Raquel da Silva Mesquita ²

RESUMO

Percebemos durante a reflexão desse trabalho uma grande necessidade de formação dos profissionais para viabilizar a prática voltada para esse tema. Nessa perspectiva, compreendemos que ainda há uma luta, voltada para o reconhecimento da proposta ser efetivada no quadro escolar. Há na prática cotidiana uma resistência em compreender a importância de políticas educacionais, voltadas para auxiliar na formação e entendimento do profissional da educação para as questões raciais. Envolver literaturas, que valorizam a realidade das crianças é um fator importante, imbricado nos documentos e parâmetros que embasam a BNCC, as Diretrizes curriculares Nacionais e a própria LDB. Entendemos aqui na desenvoltura desse artigo que a criança é o protagonista desse processo e precisa possuir seus direitos de aprendizagens garantidos durante toda a sua vida escolar. Como o documento normativo amparado pela lei traz essa segurança. É primordial que a ideia da formação do professor para lidar com essas questões seja marcada, pela formação e conhecimento. O artigo tem o objetivo de entender como o profissional da educação adquiriu disposição para sair da zona de conforto e assim, passou a ter uma prática de atendimento individualizado e grupal que atendesse a necessidade do seu estudante. Dessa forma, buscamos dialogar com autores que retratam sobre esse tema. No âmbito da pesquisa delineamos questões sobre: formação de profissionais que trazem preocupação com a problemática, constituindo ao torno das buscas um espaço consciente e uma equidade possível para toda a sociedade. Acreditamos que respeito é um valor primordial para a construção de uma vivência em um tempo moderno e crítico que abrange uma conexão de práticas que reverberam o bem da comunidade escolar e de todos.

INTRODUÇÃO

Abordar sobre a formação de professores no tema relações étnico-raciais carrega uma relevância para a educação em nosso país, pois a historicidade retrata uma realidade bem difícil para as crianças, para os professores e para toda sociedade que traz em seu relato estigma do que vem sendo manifestado por anos.

Para isso, esse estudo vem abordar essas relações, pensando na formação para que os educadores estejam preparados para desmitificar, ressignificar e emitir discursos coerentes com as lutas sociais. Assim, acreditamos que essas formações trazem como

¹ Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Federal – PI, Professora da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, nilzenenascimento@urc.uespi.br;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PI, coordenadora Seduc- TO aninharaquel.2012@hotmail.com;

objetivo principal os combates aos preconceitos e atitudes depreciativas no ambiente de aprendizagem, envolver o professor em práticas que valorizam a cultura e a diversidade, favorecendo assim a implementação da política de respeito e aceitação dos partícipes desse processo.

Dessa forma, compreendemos que a formação do professor contempla a cultura brasileira de acordo com a Lei 10639/2003 e também a lei 11.645/2008. Pois elas referem-se ao o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Além disso, essa lei inclui o Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

Repensar o professor em sua missão de ensinar, é favorecer aos indivíduos participação evolutiva da sociedade, quando olhamos para esse repertório étnico racial não temos a pretensão do favoritismo, mas consolidamos pensamentos de liberdade para todos. Nesse sentido, este estudo surgiu mediado pela seguinte indagação:

Pois as vivências destacam que em pleno século XXI, experimentamos situações constrangedoras por indivíduos opressores. Para tanto essa situação hegemônica, precisa urgentemente ser desqualificada. O código de leis da igualdade, dos direitos, das responsabilidades precisam ser reais e fazer valer o que está escrito teórico e praticamente.

O Nascimento (1978) já trazia algumas indagações quando mencionava sobre a importância da consciência, memória e futuro. O mesmo indagou: “quando é que falamos da memória africana, parte inaliável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinados nas escolas brasileiras?”. Logo concluiu que as referências direcionadas para o africano ou negro se voltam para o sentido do afastamento e da alienação da identidade dos mesmos.

A partir dessas inquietudes abordadas por esse célebre escritor principiamos a importância dessa escrita, objetivamos por meio desse trabalho apresentar por meio de narrativas/experiências docentes as atuais percepções quanto a formação para as relações étnico-raciais no espaço escolar. Nessa perspectiva, implementar relatos e colaborações sobre as temáticas que referenciam as abordagens citadas, ampliarão os olhares representando positivamente aos indivíduos um novo pensar e repensar em tudo que repercute as situações étnicos raciais.

METODOLOGIA

Percebendo a importância da formação de professores para suporte das questões étnico raciais, e experienciando a sociedade brasileira que é estruturada de atitudes preconceituosas e racistas, identificamos a relevância do despertar nas pessoas para a formação e a aprendizagem do tema em questão. Nesse quesito, buscamos apresentar uma pesquisa qualitativa, abordando professores com Mestrado e especialização *latu-sensu* para um relato de experiência/narrativas relacionando-as as suas vivências como docentes, sua formação na área e enquanto a conscientização dos alunos pretos e de demais etnias dentro da escola.

A triagem e escolha da técnica metodológica, aconteceu pelo fato de reconhecermos que o entrevistado possui caminhos significativos, com relevância, que proporcionarão reflexões positivas, não só como professores, mas como sujeitos do processo educativo. O autor, Flick (2009), destaca a importância de “criar um espaço de discussão que vá além das respostas individuais, permitindo a revelação de significados e a negociação desses significados dentro de um grupo, o que gera diversidade.”

Dentro desse contexto alguns professores disponibilizaram seus relatos através da ferramenta google formulários (Google Forms), sendo este o meio de coleta de dados. Após a descrição dessas falas realizamos uma análise, aplicando reflexões sobre as mesmas nos resultados da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO SOB O OLHAR REFLEXIVO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Conhecendo temáticas para aplicabilidades necessárias

Entendendo a importância da escola trabalhar temáticas voltadas para as questões raciais, envolver o estudante e fazê-lo apropriar-se das informações através das leituras é fundamental para a compreensão da essência de um trabalho que gera conscientização. De acordo com Moreira:

A proximidade do aluno-leitor com o texto literário [...] está relacionada com a capacidade do educando em perceber a literatura como algo que, apesar de fictício, pode ser compreendido como acontecimento cultural, histórico, político e social, capaz de expressar as incongruências da sociedade. Desse modo, seguindo esse ponto de vista, o ensino de literatura se estabelece como interação do leitor com o texto, utilizando a teoria, a crítica e o prazer na

(re)construção de uma leitura própria mediada pelo(a) professor(a) (MOREIRA, 2014).

Oferecer ao alunado a possibilidade de relacionar algumas obras voltadas para a realidade vividas em nosso país, fortalece o conhecimento e encoraja os alunos na característica veemente do que eles são. Ocupar lugar de fala, direitos de conquistas e respeito acima de tudo.

Atualmente, há uma busca maior dessas memórias, conferências, grupos de leituras em ambientes acadêmicos, trabalhos publicados, são relatos que aconchegam a valorização do aluno negro. Através do professor o discente pode conhecer a luta de Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Cida Bento e muitos outros. Precisa-se falar no ambiente escolar sobre Carolina Maria de Jesus, autora do inesquecível “Quarto de despejo”, o livro retrata fielmente a vivência de pessoas marginalizadas. Cida Bento e o pacto da Branquitude uma história que enfatiza muito sobre ocupar o lugar e o espaço dentro das equidades. Muitos desses relatos corroboram para uma história de luta.

Refletir, questionar são bases fundamentais. Não se insere aqui uma proposta beligerante, esse não é o papel do educador. Mas o que é primor nesse requisito é o saber para ocupar o seu lugar de direito nessa sociedade desigual.

A ação do leitor é de construir e não apenas de receber um significado global para o texto; ele procura pistas formais, antecipa essas pistas, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões. Contudo, não há reciprocidade com a ação do autor, que busca, essencialmente, a adesão do leitor, apresentando para isso, da melhor maneira possível os melhores argumentos, a evidência mais convincente da forma mais clara possível, organizando e deixando no texto pistas formais a fim de facilitar a consecução de seu objetivo. (KLEIMAN, 2004, p. 65).

Quando o universo da leitura é proposto segue no indivíduo uma linha de conhecimento, pois o racismo estrutural é algo presenciado por muitas pessoas e principalmente no ambiente escolar. Esse saber possui uma proposta que o caracteriza como um lugar de conhecimento, essas atitudes devem ser aplicadas para todos os alunos. A educação e o respeito é um direito inerente a todos as pessoas sem exclusão do processo, nessas razões críticas é preciso que o professor seja promotor desse assunto e para isso acontecer é necessário a formação docente é importante para que essas questões sejam ampliadas a partir do envolvimento do profissional que permeia o conhecimento.

Entender as relações étnico-raciais, é necessário para o ensino de cultura afro brasileira; é perceptível que essas preocupações poderiam ser efetivadas desde os tempos mais remotos, pois muito deixou de ser feito e expressado. Para tanto, fomentamos que as instituições precisam dá suporte para os professores, ofertar cursos e investir na formação do professor e esse como interlocutor do processo viabilizar uma política de respeito e aceitação para com todos os alunos, das mais diferentes etnias, afinal o Brasil é um país que faz parte da miscigenação.

Equidade como fator inerente ao ser humano

Sabemos que no Brasil o processo de escravidão durou muito tempo, quatrocentos anos de escravidão, sendo o último país da América a abolir a escravidão, quantas e quantas histórias de marginalização, momentos separatistas marcaram esses contextos promovendo a exclusão.

Durante a abolição muitas lutas foram necessárias principalmente a questão da inclusão. Gonzalez (1984) afirmava que não adianta serem “educadas”, ou estarem “bem vestidas”, ainda assim, serão obrigadas pelo porteiro a entrarem pela porta de serviço”. Essa fala refere-se à mulher negra.

Precisamos urgentemente de uma política igualitária dos direitos humanos. A lei precisa sair do papel e ser vivenciada no cotidiano. As teorias que fundamentam os direitos humanos são impreteríveis para concepção de equidade para a sociedade brasileira e mundial. A maneira retratada no Brasil devido à cor, demonstra o mito da democracia racial, as instituições hegemônicas querem determinar a forma como as pessoas pretas devem viver em nosso país.

É urgente a reconstrução dessa história, finalizar essa história de desigualdades, buscar políticas de educação que formalizam consciências igualitárias. Como a sociedade irá banir o crime de racismo? Entende-se que é através de estudos, formação de professores, representatividade de pessoas nos espaços, renegação de toda e qualquer situação de opressão. A luta diária revela mudanças de atitudes. Dessa forma, acontecerá a formação de uma sociedade justa relacionada ao respeito, referente aos aspectos raciais há uma evolução, mas ainda o engatinhar dessas questões é lento e retrógrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para busca dos dados foram ouvidas professoras formadas em Pedagogia, história e Arte, pois compreendemos que o aporte metodológico contribuiu com a educação e com

a sociedade de forma em geral, a priori entramos em contato com as professoras e abordamos via google formulários um questionamento sobre a experiência profissional, formação na área da temática e pensamentos relacionados ao assunto proposto. A seguir transcrevemos as falas e analisamos as mesmas:

Professora 1:

[...]Em relação a questão étnico- raciais, assim eu não tenho um diploma, um certificado específico na área dessa temática, mas tenho assim, a vivência e a experiência no cotidiano escolar. Que acaba de certa forma influenciando a ação do estudante e do professor e a dinâmica das interações dentro da comunidade escolar. A escola como espaço de formação deve ser um ambiente, onde há diversidade é respeitada e valorizada, no entanto, a realidade muitas vezes revela desafios como preconceitos e estereótipos que podem impactar negativamente o desenvolvimento dos próprios alunos. A experiência no cotidiano escolar em relação as questões étnico raciais podem variar amplamente, estudantes de diferentes origens podem enfrentar situações de discriminação ou exclusão, o que evidencia a necessidade de um trabalho pedagógico, contínuo e consciente, a formação de educadores é crucial nesse contexto, pois cabem a eles mediar conflitos, promover a inclusão e ensinar sobre a importância do respeito as diferenças. A formação dos educadores, de nós educadores deve incluir conteúdos que nos capacitem a abordar questões étnicos raciais, de foram sensíveis e informadas, além de proporcionar ferramentas para construir um ambiente escolar inclusivo. Assim, o cotidiano escolar pode se tornar um espaço de aprendizado e respeito mútuo, onde todos os alunos têm a possibilidade de se desenvolver plenamente independente de sua origem étnico racial. (Entrevista concedida pela professora1, especialista. Formada em História e Pedagogia- atuante na rede privada no Piauí).

Professora 2:

[...]Oi, boa noite, então eu não tive uma formação completa, enquanto graduanda do curso de Pedagogia. A minha turma foi a primeira turma a ter essas disciplinas ministradas e então, no caso, uma das professoras que ministrou era a primeira vez. Ela estava em processo de aprendizado é... dessa questão dessa desconstrução acerca dessas questões étnicos raciais. Era tudo muito cru, e, são quase oito anos atras... e, esse processo de formação aconteceu com uma ênfase maior no período pandêmico porque fiz alguns cursos e fui me aprofundando através das redes sociais e especificamente através de Instagram, fui conhecendo páginas pretas, onde foi fortalecendo, fui participando de cursos e isso me ajudou a ganhar um maior conhecimento acerca das diretrizes, das leis, como acontece essa questão do processo formativo do professor. Ainda acho que precisamos avançar bastante, que os cursos de licenciatura não têm preparo suficiente, os professores não têm esse amparo também, não procuram melhorar, fazer um aperfeiçoamento e isso dificulta bastante o aprendizado e acaba implicando coisas na educação que deveriam ser banidas até porque alguns já tem entendimento outros não e, isso complica, fica defasado. É um avanço né, se a gente for pensar nos mais de vinte anos da aplicabilidade da Lei, como ela tá sendo aplicada nas escolas e também na questão do Ensino Superior pela não

obrigatoriedade, mas querendo ou não tá se tornando um processo obrigatório. Estamos evoluindo é um passo longo, mas chegaremos lá. (Entrevista concedida pela professora 2, especialista atuante na rede Municipal e em Instituições de Ensino Superior da Rede Privada no Piauí).

Professora 3:

[...]Bom dia, meu nome é Andreia a minha experiência de formação nessa área, eu sou formada em Artes visuais em Pedagogia e tenho Bacharelado em Ciências da Educação. Mas, foi em 2012 quando eu concluí o curso de Arte Visuais estava na fase de conclusão. Eu ingressei num curso de pós graduação na Universidade Federal do Goiás em História e Cultura afro brasileira e africana. E daí eu comecei a experiência na área de formação na nessa área, todo mundo sabe que a lei ela prevê que essa abordagem sobre as questões étnico raciais ela permeie todo o currículo, mas, especialmente as disciplinas do componente de História do Brasil, Literatura e Arte, e eu acabei agregando essa formação tanto a minha formação em Pedagogia, quanto em formação em Arte visuais e a outra graduação que também é na área de Educação. Com relação a experiência enquanto professora, é na UESPI existe a disciplina, história e cultura afro-brasileira e indígena geralmente eu ministro essas disciplinas e no Instituto Federal, existe o componente de Educação e direitos humanos e diversidade e sustentabilidade que também eu acabo trazendo essas questões, de gênero toda essa questões das teorias pós críticas pra esse ambiente acadêmico, e, eu percebo que, quem segue essa temática quem é adepto dessa temática das relações raciais a gente ainda vai ter um grande desafio pela frente, visto que, considerando o percurso histórico da criação de Corrente que tem uma grande maioria católica, uma grande maioria de cristãos evangélicos né, a gente tem muitas barreiras ainda dentro do contexto educacional devido à forma como a cidade foi criada né, devido a esse grande número de pessoas que ainda vê tudo relacionado a questão do negro sempre atrelado a África e sempre atrelado a questões negativas, eu vejo alguns alunos nas abordagens sobre teoria de currículo, nas abordagens sobre história e cultura afro e indígena que eles desconhecem totalmente a temática, até porque nós não fomos educados a entender que o Egito era o berço da civilização e que o Egito fica no Continente africano. A gente não estudou nesse formato, o que a gente ouvia falar de África era só pobreza, savana africana e aqui no Brasil quando a gente lembra de África e de população negra o pensamento tá muito atrelado ao período colonial e a gente só lembra do negro enquanto escravo, não lembrando do esforço desses povos de quanto eles sofrem e eles não aceitaram a escravidão como algumas pessoas imaginam que eles aceitaram pacificamente. Eles tiveram sua cultura é... demonizada nesse período e até hoje tem, muito quando se fala de religiões de matrizes africanas o termo virou um sentido pejorativo chamando todo mundo que segue e que é simpatizante dessas filosofias de matrizes africanas de macumbeiro, infelizmente a gente tem isso de tecer preconceitos antes de se conhecer realmente de fato o conceito, a gente preconcebe sobre algo que a gente nem conhece. E assim, eu acho que é um grande desafio, uma lei que foi criada em 2003 e até hoje... ultimamente recentemente no Instituto Federal teve um evento dos direitos humanos e a gente percebe o quanto essas discussões têm que fazer parte da

educação, não só nos momentos das aulas, mas em eventos que possibilitem essas questões e eventos que levem pessoas com conhecimento de causa que conhecem a legislação que tenha repertório para falar sobre os assuntos. Porque os próprios alunos tanto do Ensino Médio estou falando da Educação básica como um todo. eles não sabem é complicado a gente trazer as primeiras discussões em sala porque eles vão ter que reaprender tudo que eles não aprenderam sobre a questões étnico raciais e é isso, eu acho que mesmo a lei sendo de 2003 ainda anda a passos lento. A gente vive numa sociedade que convive com o mito da democracia racial e a gente vê esse racismo nas sutilezas, mas a gente percebe e é isso. (Entrevista concedida pela professora 3, docente na UESPI e no Instituto Federal do Piauí- IFPI professora do nível superior).

Professora 4:

[...]É bem a minha formação na questão para educação étnico-raciais ela se dá após a minha primeira formação universitária, eu sou pedagoga e sou historiadora também e no processo da primeira formação enquanto pedagoga eu não tive muito contato com o conteúdo das relações étnicos raciais é... eu passo a dialogar mais com essa temática a partir de uma especialização que eu faço, voltada para a área de ensino afro brasileiro e faço essa especialização nesse primeiro momento por uma opção de ou pouca opção de escolha dessa formação continuada, mas é o momento em que eu encontro né com esses conteúdos, com a legislação e passo a dialogar muito perto com essa temática e me encontro né enquanto professora e mulher negra com algo que poderia ser um mais para o meu papel de educadora e a partir disso eu começo a buscar minha prática de ensino rumo a educação para educação étnicos raciais e a educação antirracista e dentro da formação em história passo a dialogar com conteúdo como História da África né, a história moderna relacionada com o processo da diáspora africana do sequestro forçado com a escravidão e isso vai me dando um arcabouço de conteúdo que vai me instigando cada vez mais a falar sobre isso, né na graduação de história eu já trabalho o TCC voltado pra questão da como a história da África e afro brasileira é trazida nos livros didáticos e isso me leva para o mestrado com um tema similar e uma pesquisa relacionada a isso né, como pode ser feito o processo da educação antirracista dentro do ensino de história né, permeando principalmente levantar é... nessa pesquisa pela minha percepção da falta do ensino da educação étnico racial, da falta dentro do ensino da história ainda, por mais que tenha uma legislação, passo a dialogar muito com a Lei 10639 e por mais que tenha uma legislação ela ainda não tem uma aplicabilidade, uma legislação que já tem vinte anos, mais de vinte anos e, aí eu faço minha pesquisa de Mestrado e tenho assim buscado cada vez mais por iniciativa individual, porque ainda nos ambientes que eu trabalho eu percebo que são iniciativas isoladas a aplicação dessas legislações que vão falar da educação étnico racial tanto africana afro-brasileira como indígena também, então assim, por minha iniciativa eu acabo cada vez mais eu tenho me aprofundado nessa formação, nesse letramento racial para que ele possa estar ativo no meu processo de educar, de transmitir conhecimento para o meu alunado e na minha formação também como pesquisadora, então assim o meu contato com a minha questão étnico-racial ele se dá

nesses meandros. (Professora 4, Mestre em Pedagogia, historiadora, atua na rede estadual e privada na Bahia).

Diante das falas, percebemos que a proposta entre a temática abordada anda a passos lentos. As questões étnicas raciais ainda precisam ser debate de urgências para que possamos vivenciar uma sociedade igualitária em vários setores: educacionais, religiosos e políticos. Nesse contexto, a formação dos professores deve ser um basilar inerente para as demandas sociais, relacionadas às questões raciais. É preciso conscientização e ação, por parte da comunidade escolar e ainda por parte das instituições sistematizada que envolvem os direitos humanos.

Implementar uma política de elucidação, para uma metamorfose dessa vivência, compreender que todos os seres humanos são dotados de direitos e de respeito e ainda, de deveres. Só assim, fazemos uma sociedade produtiva e de oportunidades. A sociedade precisa interagir nesse processo de mudança significativa. E esses procedimentos são necessários e urgentes no âmbito educacional, pois a educação é um cerne de expectativa para uma sociedade marcada por memórias negativas.

Verificamos também nesse trabalho, que as professora entrevistadas fazem o seu trabalho, mas ainda precisam de reforço para continuar uma produção de relevância, dentro da comunidade que trabalham para depois, essas atitudes sobressaírem genericamente contribuindo com o benefício aliado ao direito de viver respeitosamente dentro de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática, em questão demonstra o quanto ainda há uma necessidade de resgate, luta e relevância, sobre o respeito para com as pessoas de todas as etnias. A ideia de enfatizar a importância das questões étnico-racial não deve pontuar apenas em leis, projetos, mas nas práticas que evidenciam ações preconceituosas. A formação do professor e, portanto, algo urgente.

As narrativas aqui apresentadas pelas profissionais da educação deixam claro o quanto ainda deve ser feito. A aplicabilidade da lei, o conhecimento dos direitos humanos e o respeito universal independe de estereótipos, visa-se nesse o contexto o bem maior, que é própria vida do ser humano. O Brasil um país plural, pulsa nas veias a realeza do preconceito.

As pessoas em geral precisam compactuar uma política de paz e respeito e essas afirmativas são respaldadas a partir do conhecimento que a criança recebe no seio familiar, sistematiza na escola e amadurece com o conceito de respeito para a vida. A moral, a ética, o valor humano são caráter essencial ao ser humano, e esse pode ser nato ou construído ao longo da vida o que repercute no respeito e dever de cada cidadão.

Palavras-chave: Formação, Relações étnico-raciais, Educação Antirracista, Narrativas docentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman

Gonzalez, L. (1984). **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Revista de Ciências Sociais Hoje*, 223-244.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.** 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

Moreira, Maria Aparecida Rita **A educação para as relações étnico raciais e o ensino de literatura no ensino médio: diálogos e silêncios** / Maria Aparecida Rita Moreira; orientadora, Prof^a Dr^a. Simone Pereira Schmidt ; coorientadora, Prof^a Dr^a Eliane Santana Dias Debus. - Florianópolis, SC, 2014. 228 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado.** – reimpr. da 2. Ed. – São Pulo (SP): Perspectiva, 2017.